



EDITAL DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE BEM PÚBLICO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA: N.º 001/2017

TIPO: MAIOR OFERTA POR ITEM
PROCESSO N.º: 23118.001291/2015-26
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

1. PREÂMBULO

A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA**, doravante denominada simplesmente **UNIR**, fundação pública com personalidade jurídica de direito público, torna público que realizará, através de sua Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria n.º 518/2015/GR/UNIR, às **09 horas e 30 minutos do dia 04 de agosto de 2017 (horário de Brasília)**, no **Campus de Cacoal, sito à Rua da Universidade n.º 920, Jardim São Pedro II, CEP 76.962-384 em Cacoal – Rondônia**, sessão de abertura de **Concorrência Pública n.º 001/2017** destinada à concessão de espaço físico de imóvel para exploração comercial de serviços de lanches e refeições mediante concessão administrativa de uso oneroso da cantina, do Campus de Cacoal, observado o previsto no Projeto Básico – Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.1. Os envelopes contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços deverão ser entregues impreterivelmente até as **09 horas do dia 04 de agosto de 2017 (horário de Brasília)**, no **Setor de Protocolo do Campus de Cacoal localizado na Rua da Universidade n.º 920, Jardim São Pedro II, CEP 76.962-384 em Cacoal – Rondônia**, ou se for o caso, apresentados no horário e local marcado para a abertura dos envelopes.

1.2. A presente licitação rege-se pela Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações subsequentes, observado o Decreto n.º 3725/2001, a Lei n.º 6.120/74, cláusulas e condições deste Edital e seus anexos, que dele constituem parte integrante para todos os efeitos legais.

1.3. No caso de divergências entre o presente edital, o projeto básico e a minuta do contrato, prevalecerão as condições previstas no edital, seguidas daquelas definidas no projeto básico aprovado pela Administração.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui-se como objeto da presente licitação, na modalidade de Concorrência, do tipo **maior oferta**, a concessão temporária do direito de uso de espaço físico para exploração econômica da **Cantina do Campus de Cacoal** da Fundação Universidade Federal do Estado de Rondônia, observadas as condições indicadas no Projeto Básico – **Anexo I** deste Edital.

3. DO VALOR DA CONCESSÃO

3.1. O valor **mensal mínimo** a ser ofertado pelo direito à concessão das dependências da cantina universitária será de **R\$ 538,33 (Quinhentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos)**. Sobre o valor mensal proposto será acrescido a título de compensação pelo uso de água e energia elétrica, o **montante equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da concessão de uso, até a instalação de medidores independentes em nome da concessionária**, quando a mesma pagará pelo uso de água e energia elétrica, conforme o estipulado no medidor.

4. DOS PARTICIPANTES

4.1. Poderão participar da presente licitação pessoas físicas ou jurídicas, que atenderem aos critérios de habilitação e demais condições estabelecidas neste Edital.



4.2. Não poderão concorrer:

4.2.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.2.2. Pessoa jurídica em regime de concordata ou falência;

4.2.3. Pessoa física ou jurídica que esteja declarada inidônea, por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta da União, ou, ainda, que esteja com o direito de licitar suspenso perante a União ou a UNIR.

4.2.4. Dirigentes e servidores, por si ou por terceiros, da Fundação Universidade Federal de Rondônia, e de qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública, observadas as normas que estabelecem os direitos e deveres do Servidor Público.

5. DOS ENVELOPES

5.1. Para participar da sessão pública os interessados deverão protocolar, até o dia, hora e local, indicado neste Edital, **dois envelopes distintos**, conforme descrito abaixo, hermeticamente fechados, indevassáveis e **rubricados no lacre**, contendo os documentos exigidos no Edital, sendo:

ENVELOPE NÚMERO 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ENVELOPE NÚMERO 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

5.1.1. Os envelopes deverão indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

<p style="text-align: center;">ENVELOPE NÚMERO 01</p> <p>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - UNIR CONCORRÊNCIA N.º 001/2017 COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – PORTARIA N.º 520/2017/GR/UNIR ENVELOPE N.º. 01 - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL: PROPONENTE _____</p>
--

<p style="text-align: center;">ENVELOPE NÚMERO 02</p> <p>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - UNIR CONCORRÊNCIA N.º 001/2017 COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – PORTARIA N.º 518/2015/GR/UNIR ENVELOPE N.º. 2 - “PROPOSTA COMERCIAL” IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL: PROPONENTE _____</p>
--

5.2. A Fundação Universidade Federal de Rondônia não se responsabilizará por envelopes “Documentos de Habilitação” e “Proposta Comercial” endereçados via postal ou por outra forma, entregues em local diverso daquele constante do item 1.1. e que, por isso, não cheguem na data e horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Deverão ser observados os seguintes termos:



6.1.1. Para manifestação nas sessões públicas, assinaturas em atas e demais documentos, a empresa participante poderá se fazer representar por uma única pessoa devidamente credenciada, por meio de documento hábil assinado por representante legal da empresa, acompanhado de documento de identificação do credenciado e Contrato Social da sociedade licitante, para conferência de assinaturas.

6.1.2. Caso seja sócio - dirigente, proprietário ou assemelhado da empresa, deverá este apresentar o contrato social e o documento de identidade.

6.1.3. O credenciamento deverá conferir ao credenciado amplos poderes inclusive para renúncia do direito de recorrer.

6.1.4. O documento de credenciamento conforme modelo constante no **ANEXO III**, deste Edital ou através de instrumento público de procuração lavrado em cartório, deverá acompanhar os documentos que compõem o envelope "**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**" ou ser entregue diretamente à Comissão no início da sessão de abertura de envelopes.

6.1.5. A abertura do envelope **HABILITAÇÃO** ocorrerá no dia, horário e endereço indicados no preâmbulo deste Edital, item 01.

6.1.6. No ato público de abertura do envelope com o documento comprobatório da habilitação, a Comissão Especial de Licitação e os representantes credenciados dos Licitantes rubricarão o envelope contendo a proposta de preços, para posterior confirmação da sua inviolabilidade.

6.1.7. A veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados pelo licitante é de sua inteira responsabilidade, sujeitando-se às sanções previstas nas legislações civil e penal.

6.2. A abertura do envelope contendo a proposta de preços condiciona-se à observância e à conclusão das etapas do procedimento licitatório caracterizadas a seguir:

6.2.1. **Declaração das proponentes Habilitadas ou Inabilitadas** e devolução dos envelopes n.º 02 fechados para as proponentes inabilitadas.

6.2.2 – **Abertura de vistas franqueada aos autos do processo**, que se dará durante o transcurso do prazo recursal, desde que requerida através de documento escrito, dirigido a (o) Presidente da Comissão Especial de Licitação e, ainda, nas sessões públicas de habilitação e de abertura das propostas de preços.

6.2.3 – **Declínio, de todos os licitantes, quanto ao prazo recursal contra atos relativos à fase de habilitação**, nesta hipótese, a proposta de preços poderá ser aberta na mesma sessão de declaração de habilitação.

6.2.4 – **Observância do prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis caso interposto**, a contar da data da declaração das empresas habilitadas e inabilitadas.

6.2.5 – **Decisão dos recursos interpostos**, se for o caso, observados os prazos de impugnação e decisão de que tratam os parágrafos 3º e 4º do Art. 109 da Lei Federal 8.666 de 21.06.93, com suas alterações.

6.3. Nas hipóteses dos subitens **6.2.4 e 6.2.5** a Comissão Especial de Licitação estabelecerá a data de abertura do envelope com a proposta de preços e convocará os Licitantes para a nova sessão pública, por meio de aviso publicado no Diário Oficial da União no qual constará o endereço do local onde se realizará a sessão na Cidade de Cacoal.



6.4. Após a fase de habilitação não caberá desistência de proposta, salvo por motivo devidamente justificado, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Especial de Licitação.

6.5. Qualquer declaração somente será feita nesta Concorrência Pública pelo próprio titular da empresa, seu representante legal ou pessoa devidamente credenciada, mediante Carta de Credenciamento, emitida pelo Licitante com indicação do nome e documentos de identificação do credenciado (**ANEXO III**) ou através de procuração lavrada em cartório.

6.6. A participação nesta licitação implica em total aceitação dos termos deste Edital e seus anexos.

6.7. Os documentos de habilitação e aqueles necessários à assinatura do contrato poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, por um dos membros da Comissão Especial de Licitação ou por publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

6.8. No caso de documentos sem a estipulação oficial de validade, a Comissão Especial de Licitação aceitará aqueles emitidos até 90 (noventa) dias corridos anteriores à abertura desta licitação.

6.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

6.10. Para habilitar-se à exploração econômica de cantinas, em imóvel de unidade da Fundação Universidade Federal de Rondônia, o Licitante deverá apresentar a documentação indicada nos itens seguintes, podendo ser substituído em parte pelos relatórios emitidos pelo SICAF, desde que devidamente atualizado:

6.10.1. Declaração emitida pelo SICAF com prazo de validade em vigor (SICAF).

6.10.2. Orientações para obtenção de referida Declaração poderão ser obtidas no sítio: www.comprasnet.gov.br.

6.10.3. **Anexo a Declaração do SICAF a licitante deverá apresentar, dentro do envelope habilitação:**

6.10.3.1. Declaração da inexistência de fatos supervenientes e impeditivos da habilitação, de acordo com o parágrafo segundo, do artigo 32, da Lei 8.666/93, conforme o **Anexo IV**.

6.10.3.2. Declaração de que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, de que está ciente e concorda com as condições previstas no edital e em seus anexos e de que a proposta foi elaborada de forma independente pela licitante, conforme o **Anexo V**.

Observação: Se a empresa **LICITANTE** possuir maiores de 14 anos e menores de 16 anos na condição de aprendiz deverá declarar esta condição.

6.10.3.3. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente ao objeto desta licitação, através da apresentação de, **no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com indicação do fornecimento, qualidade do material, do atendimento, cumprimento de prazos e demais condições.

6.10.3.4. Prova de **regularidade trabalhista**.

6.10.3.5. Certidão Negativa de Falência e Concordata no domicílio do Foro da Pessoa Jurídica.



6.10.4. Cópia atualizada dos documentos abaixo, **caso estejam com a validade vencida no Certificado de Registro Cadastral – Credenciamento (CRC)** emitido pelo Portal ComprasNet (SICAF):

6.10.4.1. Prova de Regularidade Junto a Fazenda Federal;

6.10.4. 2. Prova de Regularidade junto ao FGTS;

6.10.4.3. Prova de Regularidade junto ao INSS - CND;

6.11. Os Licitantes que não possuem o Certificado de Registro Cadastral – Credenciamento (SICAF) apresentarão os seguintes documentos:

6. 11.1. Habilitação Jurídica

6.11.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.11.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.11.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.11.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.11.1.5. Na Habilitação Jurídica: O objeto social da PESSOA JURÍDICA descrito no registro cadastral deverá abrigar os serviços objeto desta licitação.

6.11.2. Regularidade Fiscal e trabalhista

6.11.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ);

6.11.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.11.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

6.11.2.4. Prova de regularidade junto ao INSS (CND);

6.11.2.5. Prova de regularidade junto ao FGTS.

6.11.2.6. Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho.

6.11.3 Qualificação Técnica

6.11.3.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente ao objeto desta licitação, através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com indicação do fornecimento, qualidade do material, do atendimento, cumprimento de prazos e demais condições;

6.11.4. Qualificação Econômica Financeira



6.11.4.2. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, em plena validade, emitida a no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para entrega dos envelopes.

6.12. HABILITAÇÃO DA PESSOA FÍSICA:

6.12.1. - A pessoa física que participar dessa licitação deverá apresentar cópia autenticada da cédula de identidade (RG) e da inscrição no cadastro de pessoa física (CPF), bem como documento que comprove a qualificação técnica que comprove aptidão para execução de serviços objeto da licitação.

6.12.2 - Declaração da pessoa física que não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, nos termos da Resolução nº 9, de 06 de dezembro de 2005, conforme anexo VI.

6.12.3. Comprovações de regularidade fiscal federal e trabalhista.

6.12.4. Declaração da inexistência de fatos supervenientes e impeditivos da habilitação, de acordo com o parágrafo segundo, do artigo 32, da Lei 8.666/93, conforme o **Anexo IV**.

6.10.5. Declaração de que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, de que está ciente e concorda com as condições previstas no edital e em seus anexos e de que a proposta foi elaborada de forma independente pela licitante, conforme o **Anexo V**.

7. DA INABILITAÇÃO

7.1. Será inabilitado o LICITANTE que deixar de atender a qualquer critério ou fator de julgamento da habilitação, com documentos vencidos ou com constatação de impedimento de licitar nos registros mantidos pela CNJ, CEIS, SICAF e TCU, aferidos mediante consultas da Comissão aos respectivos sítios eletrônicos.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. A proposta de preço para a ocupação do imóvel para exploração econômica da cantinas (**Modelo – Anexo II**) deverá ser apresentada, em 01 (uma) via, digitada, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, com as páginas enumeradas sequencialmente, rubricadas e assinadas pelo Licitante e conterà a designação genérica desta Concorrência Pública e os dados estabelecidos a seguir:

8.1.1. Caracterização do Licitante, com indicação a razão social e número da Inscrição Federal, Estadual e CNPJ da Pessoa Jurídica.

8.1.2. Valores mensal e anual ofertados para a ocupação do imóvel e exploração econômica individual das cantinas, bem como, do montante de 25% (vinte e cinco por cento), destinado a compensação pelo uso de água e de energia elétrica.

8.1.3. Preço médio praticado dos itens constante na tabela, a título de sugestão do cardápio disponível no restaurante e na cantina, considerando que a mesma não será utilizada como critério de julgamento das propostas.

8.2. A validade da proposta será no mínimo 60 (sessenta) dias contados da abertura desta licitação.



8.3. A apresentação da proposta implica na aceitação do imóvel pelo Licitante, nas condições em que o mesmo se encontra, quanto ao seu estado de conservação, benfeitorias existentes, instalações, áreas, divisas, acessos etc., ficando desta forma a Fundação Universidade Federal de Rondônia isenta de proceder qualquer adaptação para funcionamento do objeto desta concorrência, que será de inteira responsabilidade da CESSIONÁRIA.

8.4. Os Licitantes poderão visitar o local previamente. As visitas devem ser agendadas previamente, através dos telefones abaixo relacionados:

Local: Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal – **Rua da Universidade nº 920, Jardim São Pedro II em Cacoal – Rondônia** – horário de funcionamento do Campus: das 08:00 às 14:00 e das 14:00 às 18:00 horas, falar com a **Coordenadoria de Serviços Gerais** que será a responsável pelo agendamento das visitas por meio do telefone 69 3441-4495.

8.5. Cada licitante apresentará somente uma única proposta em 01 (uma) via, de acordo com as exigências deste Edital.

8.6. Ocorrendo qualquer divergência entre o conteúdo das propostas e os termos do Edital e seus anexos, prevalecerão estes últimos.

9. DO JULGAMENTO

9.1. No julgamento das propostas será levado em consideração o tipo de licitação, fixado no inciso IV, parágrafo 1º, art. 15, da Lei 8.666/93, qual seja, **MAIOR OFERTA POR ITEM**.

9.1.1. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS – **Serão considerados vencedores os Licitantes que** atender a todas as exigências deste Edital e ofertar a proposta de **maior valor** para a exploração **de cada cantina**.

9.1.2. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS - **Serão desclassificadas as propostas que** não atenderem as exigências deste Edital, ofertarem preços inexequíveis para exploração do objeto desta concorrência ou tenham sido representadas por dirigentes ou servidores da Fundação Universidade Federal de Rondônia e de outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, ainda que de forma indireta.

10. DO EMPATE

10.1. Ocorrendo empate na classificação das propostas de concessão de uso de espaço físico, a Comissão de Licitação, adotará para o desempate os procedimentos, previstos no § 2º do Art. 3º da Lei 8.666/93.

10.2. Persistindo o empate a decisão da classificação ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual serão convocados os representantes credenciados dos Licitantes empatados.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O julgamento da presente licitação será adjudicado e homologado pela Magnífica Reitora da Fundação Universidade Federal do Estado de Rondônia.

12. DAS CONDIÇÕES PARA ENTREGA DO IMÓVEL À CESSIONÁRIA

12.1. O imóvel será entregue à CESSIONÁRIA no estado em que se encontra, ou seja, de acordo com a planta baixa (Anexo I), anexa a este edital. As cantinas somente poderão ser exploradas em observância das condições estabelecidas no Projeto Básico, Anexo I, e na Minuta do Contrato.



13. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO

13.1. A Fundação Universidade Federal de Rondônia poderá, por interesse público, revogar a presente licitação no todo ou em parte, em razão de fato superveniente ou anulá-la, caso sejam identificados no procedimento licitatório vícios insanáveis, que caracterizem ilegalidades devidamente comprovadas.

14. DO DIREITO DE PETIÇÃO (Recursos Administrativos)

14.1. Das decisões da Comissão Especial de Licitação e demais autoridades da Fundação Universidade Federal de Rondônia, na aplicação deste Edital e das normas legais que o embasam, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

14.1.1. Habilitação ou inabilitação do licitante.

14.1.2. Julgamento das propostas.

14.1.3. Anulação ou revogação desta licitação.

14.2. Os recursos previstos nos subitens 14.1.1 e 14.1.2 anteriores terão efeito suspensivo.

14.3. O Licitante que considerar, nos termos da legislação que rege esta licitação, irregularidade qualquer nas exigências apresentadas, poderá solicitar a impugnação deste Edital, devendo para tanto protocolar o pedido em até 02 (dois) dias anteriores a data fixada para abertura dos envelopes de habilitação. A eventual impugnação do Edital será formalizada por escrito direcionada ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante comunicação direta protocolada **na Diretoria de Compras, Contratos e Licitações, localizada no prédio da UNIR-CENTRO situado na Avenida Presidente Dutra, 2965 Bairro: Centro – Porto Velho-RO**, ou ainda, por meio eletrônico através do *e-mail*: dccl@unir.br.

14.4. Decairá do direito a impugnar os termos deste Edital, perante a Fundação Universidade Federal de Rondônia, o Licitante que o tendo aceitado sem objeções vier a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

15. DAS TAXAS

15.1. A **CESSIONÁRIA** fica obrigado a pagar todas as taxas e despesas necessárias para a exploração do objeto da presente concorrência, que em nenhuma hipótese poderão ser repassadas ao **CEDENTE**.

16. DO CONTRATO

16.1. A minuta do Contrato a ser assinado com a Cessionária encontra-se anexa a este Edital (Anexo VII).

16.2. É obrigatória a assinatura do termo formal de contrato pela Cessionária, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da convocação feita pela UNIR.

16.3. Havendo recusa da Cessionária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, poderá a Fundação Universidade Federal de Rondônia revogar a licitação ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para executar o objeto licitado, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.



16.4. É vedada a Cessionária a subcontratação total ou parcial do objeto da presente licitação.

17. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1. A concessão de direito de uso terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato do, podendo ser prorrogado por idênticos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante celebração de termos aditivos, exceto se houver manifestação em contrário de qualquer das partes no prazo de 90 (noventa) dias antes do seu vencimento.

18. DO REAJUSTE DA REMUNERAÇÃO MENSAL CESSIONÁRIA

18.1. O valor do aluguel informado na proposta vencedora será reajustado anualmente, na hipótese de prorrogação de vigência de contrato, com base no IGP-M (ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO), apurado pela Fundação Getúlio Vargas a cada 12 (doze) meses, ou por qualquer índice que vier a substituí-lo durante a vigência do contrato.

18.2. O reajuste acima referido poderá ocorrer em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, caso haja autorização expressa do Governo Federal, por critérios a serem posteriormente definidos.

19. DOS ESCLARECIMENTOS DE DÚVIDAS

19.1. Os pedidos de esclarecimentos relacionados com a Licitação deverão ser solicitados por escrito, e encaminhados à Fundação Universidade Federal de Rondônia, aos cuidados da Comissão Especial de Licitação, Av. Presidente Dutra, 2965 - Centro, Porto Velho – RO, CEP 76.801-974 ou através do Telefone (69) 2182-2005.

19.2. Os esclarecimentos que afetarem a elaboração da proposta serão apresentados conforme o item anterior e deverão ser apresentados até o oitavo dia útil anterior a abertura desta licitação. Sendo respondida, ao interessado, até o terceiro dia útil anterior a mesma data.

19.3. Não sendo formulados, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação dos Documentos de Habilitação e Proposta, não cabendo, portanto, as licitantes, direito a qualquer reclamação posterior.

19.4. As interpretações, correções e/ou alterações elaboradas pela Universidade serão comunicadas, por meio de divulgação pela mesma forma que se deu o texto original do Edital, observadas as condições do § 4º do art. 21 da Lei 8666/93.

20. DA DISPONIBILIDADE DO EDITAL

20.1. O Edital encontra-se disponível, com todos os seus anexos, no sítio www.unir.br

21 – DOS ANEXOS DO EDITAL

21.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.1.2. ANEXO I – Projeto Básico.

21.1.3. ANEXO II – Modelo de proposta.

21.1.4. ANEXO III – Modelo de Credenciamento.

21.1.5. ANEXO IV – Modelo de Declaração de fato superveniente.



21.1.6. ANEXO V - Modelo de Declarações

21.1.7. ANEXO VI – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica

21.8. ANEXO VII - Minuta do contrato.

Porto Velho-RO, 27 de junho de 2017.

Joel da Silva Cerqueira
Presidente da Comissão
Portaria 520/2017/GR/UNIR



ANEXO I

1. DO OBJETO

1.1. O presente projeto básico possui por objeto subsidiar a realização de concorrência pública destinada à seleção de **CONCESSIONÁRIA PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHES MEDIANTE**

PERMISSÃO DE USO ONEROSO, no *Campus* Francisco Gonçalves Quiles - Rua da Universidade, 920 – Jardim São Pedro II, Cacoal - Rondônia.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2. 1. Considerando que o *Campus* da UNIR em Cacoal possui 04 cursos, com turmas em três períodos (matutino, vespertino e noturno). Considerando, ainda, que há inúmeros acadêmicos oriundos de outros municípios, os quais necessitam ter um local adequado para aquisição de lanche e outros alimentos, faz-se necessário oferecer serviços de cantina para atender à comunidade escolar, bem como aos visitantes e usuários dos serviços oferecidos pelo *Campus*.

2.2. O público de prováveis usuários é composto por aproximadamente 1200 (mil e duzentos) pessoas entre, acadêmicos, servidores do corpo docente e técnico, funcionários das empresas prestadoras de serviços terceirizados e visitantes, os quais em sua maioria permanecem nas dependências da Universidade durante longos períodos, necessitando, portanto, de local apropriado para realização de lanches, no período compreendido entre as 08h às 22h, de segunda a sexta-feira, tendo em vista, a falta de opção de estabelecimentos do gênero nas proximidades do *Campus*.

2.3. O *Campus* de Cacoal possui ambiente adequado para instalação de cantina, contudo, a utilização eficiente do mesmo só é possível mediante a terceirização dos serviços pretendidos, tendo em vista que o *Campus* não possui servidores contratados para o desempenho de tais serviços acessórios, que não constituem atividade finalística das Instituições Federais de Ensino.

2.4. O espaço físico destinado à exploração comercial da cantina do *Campus* possui área de 125 m², sendo cantina fechada em alvenaria com dois depósitos e lavanderia, e, área coberta de atendimento, com piso cerâmico, com laje de forro na parte interna e telhado aparente na área coberta de atendimento, esquadrias em ferro e alumínio e coberto com telha, cerâmica, considerado como padrão entre normal e baixo de acabamento e estado de conservação entre novo e regular.

2.5. A concessão onerosa de uso do espaço destinado à instalação da lanchonete do *Campus* possui respaldo legal no Decreto n.º 3.725/2001 que dispõe sobre a utilização dos bens imóveis de domínio da União.

3. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O serviço deverá ser disponibilizado à comunidade universitária de segunda à sexta-feira em dias úteis, das 08h às 22h, mesmo no período não letivo, tendo em vista a continuidade dos serviços administrativos no *Campus*, devendo neste caso, o horário de funcionamento ser negociado com a Direção do *Campus*, ou pessoa designada, levando-se em consideração a redução da demanda no período.

3.2. A administração poderá requerer que a contratada disponibilize o atendimento, também aos sábados, domingos ou feriados, o que será comunicado com no mínimo 03 (três) dias de antecedência, em virtude de atendimento de aulas ou de outros eventos que venham ocorrer, os quais necessitem dos serviços da Cantina.



3.3. A proponente deverá iniciar a execução dos serviços em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

3.4. A contratada deverá fixar em local visível painel com os preços dos produtos que compõem o cardápio disponível no estabelecimento durante toda a vigência do contrato.

3.5. Os lanches deverão ser preparados observando-se as normas de higiene e conservação dos alimentos, bem como as normatizações dos órgãos de controle oficiais, tais como: ANVISA, AGEVISA e SECRETARIA MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

3.6. Os funcionários colocados à disposição da contratante deverão ser formalmente registrados pela contratada, observando-se o piso salarial da categoria, e os benefícios estabelecidos em convenção coletiva de salário. Em hipótese alguma, permitir que pessoas sem vínculo empregatício com a Contratada exerçam atividades diárias na Cantina.

3.7. Os serviços deverão ser executados **observando-se os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos na IN 012010-MPLOG** no que couber, em especial quanto:

3.7.1. Instruir os funcionários com relação ao uso consciente da água e da energia elétrica, evitando-se o desperdício de tais insumos;

3.7.2. O estabelecimento de política e prática de coleta seletiva dos resíduos sólidos produzidos nas dependências da cantina, bem como o encaminhamento dos VIDROS, PAPÉIS, PLÁSTICOS, METAIS e outros passíveis de reaproveitamento, às cooperativas de catadores ou empresas que atuam com reciclagem desses materiais;

3.7.3. A utilização de eletrodomésticos, tais como: GELADEIRAS, FREEZERS, BEBEDOUROS, BALCÕES, LIQUIDIFICADORES E SIMILARES, que possuam classificação de eficiência energética categoria "A", e sejam certificados pelo INMETRO;

3.7.4. A disseminação da conscientização quanto à preservação ambiental entre seus funcionários e entre a comunidade universitária, fixando cartazes nas suas dependências contendo mensagens do gênero.

3.8. Os preços dos produtos a serem comercializados na cantina serão obrigatoriamente equivalentes àqueles praticados no mercado local por estabelecimentos similares.

3.9. A demanda total de energia elétrica dos equipamentos não poderá ultrapassar a capacidade de carga disponível para o *Campus*. Devera ser evitado o uso excessivo de equipamentos elétricos destinados a aquecimentos de alimentos utilizando-se ao máximo possível fogões e fornos a gás, a fim de evitar futuros problemas no cumprimento de metas determinadas pela concessionária de energia elétrica.

3.10. Caso seja necessário o aumento de carga na rede elétrica, todo o ônus correrá por conta do concessionário da cantina. Bem assim, toda e qualquer alteração deverá ser precedida de aprovação e supervisão da Fundação Universidade Federal de Rondônia, por intermédio das instâncias competentes.

3.11. Todos os serviços necessários para o bom funcionamento da cantina, como reforma e/ou acréscimo de armários e prateleiras, serviços que visem ao atendimento às normas da Vigilância Sanitária, revestimento cerâmico em piso, paredes, portas e fechamentos, ficam sob a responsabilidade do concessionário da cantina sob a aprovação e supervisão da Fundação Universidade Federal de Rondônia.



3.12. A concessionária poderá comercializar na cantina universitária, dentre outros gêneros alimentícios: doces, salgados, sucos, vitaminas, bebidas não alcoólicas, refeições rápidas, sorvetes, picolés, bolachas, biscoitos, entre outros alimentos similares, considerando que, esses gêneros alimentícios poderão sofrer variações com a inserção de mais diversificações ao longo da execução do contrato, de acordo com sugestões da clientela e com a necessidade estabelecida pela contratante.

3.12.1. Não será permitida a venda de bebidas alcoólicas, cigarros e remédios, de nenhum tipo.

3.13. A Administração sempre, achar conveniente, poderá realizar consulta junto à comunidade universitária visando à atualização do cardápio de produtos disponíveis na cantina universitária.

3.14. As propagandas de produtos vendidos na cantina que utilize faixas, cartazes, mesas e cadeiras só serão permitidas após aprovação da Diretoria do *Campus*.

3.15. A concessionária deverá prover todas as condições necessárias para possibilitar a efetivação de vendas em espécie e por intermédio de cartões de débito e crédito, disponibilizando as bandeiras mais usuais entre a comunidade universitária, inclusive, aquela pertinente à concessão de auxílio/vale refeição concedidos aos acadêmicos em situação de vulnerabilidade social, se assim for determinado pela Administração.

4. DA LIMPEZA E DA HIGIENIZAÇÃO

4.1. Todas as áreas da cantina deverão apresentar limpeza e higienização eficientes e adequadas tanto nas áreas internas quanto nas externas; bem como equipamentos, utensílios e vasilhames. Para tanto, deverá atender às seguintes especificações mínimas de serviços:

4.1.1. Limpeza e conservação diária;

4.1.2. Varrição de áreas de ocupação, escadas, corredores, salões de distribuição;

4.1.3. Limpeza geral e sanitização dos equipamentos, utensílios, pias, cubas, balcões de preparo de alimentos e balcões de atendimento;

4.1.4. Remoção frequente e diária e acondicionamento apropriado de todo lixo da cozinha, realizando a coleta seletiva se solicitado pela Unidade;

4.1.5. Limpeza e sanitização adequada dos recipientes e locais de acondicionamento do lixo;

4.1.6. Limpeza semanal – faxina geral;

4.1.7. Lavagem de paredes, pisos, portas, janelas (inclusive das áreas externas), coifas, câmaras, freezer, geladeiras, equipamentos etc.;

4.1.8. A limpeza da tubulação do sistema de exaustão, ventiladores etc, será feita de acordo com a necessidade. A limpeza completa do sistema de exaustão deverá ocorrer no mínimo de 12 em 12 meses, por empresa especializada.

4.2. Caso se faça necessário, por identificação da Concessionária ou pela Diretoria do *Campus* Universitário, deverão ser realizados outros serviços para garantir a perfeita higienização do ambiente.

4.3. Deverão ser utilizados produtos e materiais para obtenção de limpeza e higienização adequados, quais sejam: detergente concentrado neutro; detergente e secante para máquina de lavar pratos, bandejas e talheres; hipoclorito de sódio para desinfecção de bancadas, equipamentos e utensílios; sanitizante para mãos; sanitizante clorado para hortaliças e frutas; água sanitária;



sapólio; papel toalha; baldes; pás; rodos; vassouras; panos de copa e cozinha; panos de chão; esponja de aço; cera; flanelas; palhas de aço; escadas; desentupidores; cestas; enceradeira; sabão em pó; álcool; sacos para lixo e outros que se fizerem necessários.

4.4. Os produtos deverão ser adquiridos de fornecedores idôneos, constando ficha técnica com indicações de uso, diluições, características físico-químicas, embalagens, responsável técnico e registro no Ministério da Saúde. Os produtos deverão ser biodegradáveis. A eficiência dos produtos poderá ser testada através de teste laboratorial, por solicitação da Diretoria do *Campus* ou por iniciativa da própria Concessionária.

4.5. Todos os produtos deverão ser de primeira qualidade e testados quando houver necessidade, conforme padrões definidos pela Contratante. O teste levará em consideração aspectos de rendimento e qualidade, verificando outras características como: produto atóxico, não poluente e não corrosivo, ação rápida, fácil enxágue, etc.

4.6. Os resíduos oriundos da limpeza e da produção dos alimentos deverão ser controlados pela Concessionária, sendo de sua inteira responsabilidade o seu transporte e destinação.

5. DO CONTROLE DE PRAGAS E ROEDORES

5.1. A Concessionária deverá manter um programa de desinsetização e desratização periódica, preferencialmente no período de férias letivas ou de acordo com a necessidade local.

5.2. A Concessionária ficará responsável pela preparação do local a ser desinsetizado e desratizado, providenciando retirada de alimentos, equipamentos, utensílios, etc.

5.3. As empresas responsáveis pelo serviço de desinsetização e desratização deverão:

5.3.1. Apresentar alvará de funcionamento expedido pelo Centro de Vigilância Sanitária;

5.3.2. Comprovar o registro em um dos Conselhos Regionais - CREA, CRB, CRMV, CRF, CRQ, etc.;

5.3.3. Apresentar informações seguras sobre o uso de inseticidas utilizados, especialmente, quanto à toxicidade e ao tempo de ausência humana no local. Os responsáveis pela aplicação destes inseticidas deverão usar uniformes e outros EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), de acordo com a legislação em vigor.

6. ALUGUEL

6.1. Para a concessão, de uso do ponto de atendimento do *Campus*, será devido o aluguel mensal fixo, equivalente à quantia constante na proposta vencedora do certame licitatório, devendo o mesmo ser recolhido, por meio da GRU (guia de recolhimento da união) emitida diretamente no site www.stn.fazenda.gov.br/gru), até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, ao seu vencimento.

6.2. Por ocasião de recesso e férias acadêmicas, bem como, na hipótese de greves gerais, em que forem suspensas as atividades acadêmicas, a Contratada pagará à Contratante, a título de mensalidade, o valor correspondente a 5% (Vinte por cento) do valor contratado. Este percentual simbólico justifica-se pelo fato de que os períodos de férias e recesso acadêmicos são concomitantes também com as férias docentes e de boa parte dos servidores técnicos, tornando inviável a cobrança de valores mais elevados, sem proporcionar condições de comercialização dos produtos oferecidos pela contratada em função da queda acentuada de consumidores.



6.3. O valor mensal mínimo da proposta para a concessão de uso, estipulado a título de aluguel pelo uso das dependências da cantina universitária, será de R\$ 538,33 (quinhentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos), conforme apurado por meio de propostas comerciais.

6.4. O valor mensal de compensação pelo uso de água e energia elétrica fica estipulado em 25% (vinte e cinco por cento) do valor proposto para a concessão de uso, tendo em vista, tratar-se do percentual usualmente praticado nas licitações realizadas por outras Instituições de Ensino para tal finalidade, até que a Contratante faça a instalação de medidores de energia e de água específicos para o local.

6.5. O valor do aluguel informado na proposta vencedora será reajustado anualmente, na hipótese de prorrogação da vigência do contrato, com base no IGP-M (ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO), apurado pela Fundação Getúlio Vargas, ou daquele que vier a substituí-lo.

6.6. Na hipótese de ausência do recolhimento do aluguel no prazo previsto, o mesmo será atualizado monetariamente através da Taxa de Juros – SELIC, desde o vencimento da GRU até a nova data estipulada para pagamento do valor devido.

6.7. Esgotadas as vias de cobrança administrativa o débito será inscrito na Dívida Ativa da União, sem prejuízo de ação de cobrança judicial pela Procuradoria Federal junto a UNIR.

7. DA VISTORIA

7.1. Para melhor dimensionamento de sua proposta a proponente poderá realizar visita técnica às instalações da cantina do *Campus* para fins de subsidiar a elaboração de sua proposta comercial.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, e as condições preestabelecidas neste Termo de Referência.

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado para tal finalidade (fiscal do contrato), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à chefia imediata para as providências cabíveis.

8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

8.4. Confeccionar mensalmente Guia de Recolhimento da União e disponibilizá-la à contratada até o último dia útil de cada mês.

8.5. Verificar se a contratada efetuou o recolhimento das GRUs confeccionadas, no prazo previsto neste Termo de Referência.

8.6. Notificar a contratada na hipótese de eventual aplicação de multa contratual decorrente de atraso/inexecução na entrega dos serviços, fixando prazo para recolhimento do valor mediante Guia de Recolhimento da União.

8.7. Realizar pesquisas de preços periódicas em estabelecimentos similares no sentido de acompanhar a evolução dos preços praticados no mercado local e à conformidade destes com os cobrados na cantina universitária do Campus.



8.8. Realizar o acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias no tocante a mão de obra disponibilizada pela contratada para a prestação dos serviços de lanches.

8.9. Acompanhar a evolução do IGPM durante toda a vigência contratual para fins de efetivação do reajuste do valor do alugue na hipótese de prorrogação contratual.

8.10. Proibir a comercialização de alimentos no espaço compreendido como área do campus, exceto:

8.10.1. Nos casos de atividades acadêmicas de disciplinas específicas voltadas ao empreendedorismo, com a finalidade de atender o plano de aula, caso as atividades envolvam comercialização de alimentos, sendo que neste caso deverá ser informado à contratante para autorização prévia e ciência à contratada, preferencialmente com 07 (sete) dias de antecedência.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Prestar aos usuários da cantina atendimento com segurança, rapidez e cordialidade, bem como, executar os serviços segundo os padrões de qualidade usuais de mercado e de acordo com as normas sanitárias vigentes.

9.2. Manter atendentes no balcão em número suficiente para o atendimento da demanda existente, e se necessário, pessoal de apoio, nos horários de pico, com especificidade diferenciada, a exemplo, funcionários especializados em servir alimentos e em atendimento no caixa.

9.2.1. Caso a quantidade de funcionários disponibilizados não seja suficiente para atender a demanda, a administração poderá, a qualquer momento, solicitar que seja ampliada a fim de atendê-la, prezando pela eficiência e eficácia do serviço oferecido.

9.3. Fornecer aos usuários da Cantina condições que possibilitem o uso adequado das suas instalações, de acordo com o especificado no Edital.

9.4. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, obrigando-se a atender a todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços oferecidos, inclusive quanto à atualização do cardápio disponibilizado na lanchonete.

9.5. Manter durante a vigência do contrato as qualificações/condições de habilitação solicitadas na fase de licitação.

9.6. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas tais como: salários, transportes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou preposto, no desempenho dos serviços objeto desta licitação, ficando a UNIR, isenta de quaisquer vínculos empregatícios com os mesmos.

9.7. Obedecer ao horário de funcionamento das 08h às 22h,, em dias úteis e letivos, durante o ano letivo, salvo acordo diverso autorizado pela Direção do Campus, e, ainda, esporadicamente nos finais de semana, e/ou feriados mediante solicitação da contratante.

9.8. No período não letivo, sábados, domingos ou feriados, o horário de funcionamento deverá ser negociado com a Direção do Campus, ou pessoa designada, prevalecendo a necessidade da administração, levando-se em consideração a demanda do período.



9.9. Responsabilizar-se pelas manutenções periódicas (hidráulica, elétrica e pintura) da estrutura física do prédio alugado, bem como, pela higienização das instalações utilizadas, lavando-as diariamente, e sempre que necessário, providenciar a dedetização e desratização do ambiente, de acordo com as normas sanitárias editadas pelo Poder Público.

9.10. Mobiliar a cantina com FREEZERS, BALCÕES, ESTUFAS, FOGÃO INDUSTRIAL, LIQUIDIFICADOR, E OUTROS CONGÊNERES, que julgar necessário para a boa execução dos serviços. Devendo ser apresentados os documentos fiscais pertinentes à aquisição dos bens ingressos nas dependências da UNIR para fins de registro patrimonial.

9.10.1. Deverá compor a mobília da cantina a quantidade mínima de 15 (quinze) jogos de mesas com 04 (quatro) cadeiras, podendo essa quantidade ser aumentada, mediante solicitação da administração, considerando a demanda existente.

9.11. Manter atualizada a relação de valores cobrados pelos serviços, sempre visíveis aos usuários do estabelecimento.

9.12. Permitir aos servidores e a Comissão de Acompanhamento responsável pela fiscalização, acesso às dependências da cantina, prestando-lhes com exatidão as informações solicitadas.

9.13. Utilizar pessoal devidamente habilitado, para o serviço contratado, os quais deverão se apresentar ao local de trabalho, devidamente uniformizados, com crachás de identificação pessoal e orientados a executar as tarefas de atendimento aos usuários com cordialidade e presteza.

9.14. Preparar os alimentos adotando os procedimentos de BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO, tomando todos os cuidados para eliminar os riscos de contaminação dos mesmos.

9.15. Observar as regras de segurança e fornecer todos os equipamentos de proteção individual (EPIS) aos seus colaboradores, tais como: botas, luvas, aventais, toucas, jalecos, e outros que se façam necessários.

9.16. Utilizar em seu quadro técnico, profissionais qualificados para a correta execução dos serviços contratados de acordo com a legislação vigente, sendo que, o número de funcionários deverá ser em quantitativo suficiente para atender com eficiência e eficácia as demandas da comunidade universitária nos períodos matutino, vespertino e noturno.

9.17. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela UNIR.

9.18. Arcar com eventuais prejuízos causados a UNIR e/ou a terceiros provocados pôr interferência ou irregularidade cometidas pôr seus empregados, convenientes ou preposto, na prestação dos serviços objeto do Contrato.

9.19. Cumprir e fazer cumprir seus prepostos conveniados, leis, regulamentos e postura, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto do contrato, cabendo-lhes única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.

9.20. Observar e cumprir a legislação ambiental no tocante ao descarte do lixo resultante da execução dos serviços contratados, encaminhando-os para locais adequados e procedendo a separação dos resíduos segundo as normas do programa de coleta seletiva, bem como, doar materiais recicláveis às cooperativas de catadores ou recicladores incentivando a prática da reciclagem e a proteção do meio ambiente.



9.21. Descartar adequadamente os resíduos sólidos não recicláveis, acomodando-os no local indicado de forma a não permitir o seu acúmulo em ambientes impróprios.

9.22. Empregar métodos, equipamentos e produtos químicos adequados visando à redução ou eliminação de vetores (moscas, pernilongos) no local.

9.23. Executar os serviços conforme especificações deste projeto e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de providenciar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental aplicáveis à matéria, bem como, o programa de controle de pragas previsto neste projeto e em sua proposta.

9.24. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.25. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.26. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

9.27. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

9.28. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

9.29. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.30. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.31. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.32. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993 e suas atualizações.

9.33. Ao término do contrato, devolver para a UNIR as instalações predial, elétrica, hidráulica, bem como os balcões fixos em pedra de granito, pias fixas em pedra de granito, torneiras e pintura, tais como foram recebidos.

9.34. Comprovar à contratante que efetuou o recolhimento, das GRUs confeccionadas, no prazo previsto neste Projeto Básico.



9.35. Disponibilizar extintores, destinados a combater princípios de incêndio, devidamente identificados e em locais de fácil acesso, bem como os serviços de recargas, obedecendo ao prazo de validade, e manutenções necessárias;

9.35.1. Devem ser utilizados extintores de incêndio, em numero suficiente e adequados à necessidade do local, e obedecer às normas brasileiras ou regulamentos técnicos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, garantindo essa exigência pela aposição nos aparelhos de identificação de conformidade de órgãos de certificação credenciados pelo INMETRO.

9.36. Ao término do contrato, devolver para a UNIR as instalações predial, elétrica, hidráulica, tais como foram recebidos.

1. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Em nenhuma hipótese será admitida a subcontratação do objeto do certame licitatório.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão efetuados por servidor formalmente designado pela Administração, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

11.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

11.3. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

11.4. O representante da Contratante deverá solicitar junto a Comissão do SICAF o registro das ocorrências verificadas no SICAF, adotando-se as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.6. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

11.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. Fraudar na execução do contrato;

12.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. Cometer fraude fiscal;

12.1.6. Não mantiver a proposta.

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias, a ser recolhida mediante Guia de Recolhimento da União a favor da contratante, ou descontada do respectivo pagamento a ser realizado à contratada;

12.2.3. Multa compensatória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 15º (décimo quinto) dia, limitados a 30 (trinta) dias, a ser recolhida mediante Guia de Recolhimento da União a favor da contratante, ou descontada do respectivo pagamento a ser realizado à contratada;

12.2.4. Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da parcela não entregue da Nota de Empenho, pela recusa injustificada na entrega dos materiais nela relacionados, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Termo de Referência;

12.2.5. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.6. Sobre as multas aplicadas e não recolhidas pela contratada até a data limite estabelecida para pagamento, incidirá atualização monetária calculada utilizando-se os índices apurados na TAXA SELIC, sem prejuízo de posterior inscrição na Dívida Ativa da União e cobrança judicial do valor devido.

12.2.7. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;

12.2.8. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. Também fica sujeito às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

12.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Cacoal, 25 de maio de 2017.

Elaboração:

Helma dos Santos Bonfim
Coordenadora de Compras e Gestão de Contratos
Port. nº 011/2017/GR/UNIR
Campus Francisco Gonçalves Quiles

Autorização:

Eleonice de Fátima Dal Magro
Diretora Campus Francisco Gonçalves Quiles
Portaria n.º 017/2015/GR/UNIR.

Aprovação:

Otacílio m, de Carvalho Costa
Pró-Reitor de Planejamento
Port. 639/GR/2016



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Concorrência Pública Nº 001/2017

Maior oferta

OBJETO: Concessão de uso de espaço físico para exploração econômica de cantina da Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal, observadas as condições do Edital e seus anexos.

Licitante: _____ C.N.P.J.: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ - _____

Telefone (celular): (____) _____ - _____

E-mail: _____

ITEM	Valores Mensais (R\$)			Valores Anuais (R\$)		
	Aluguel	Taxa de compensação	Total	Aluguel	Taxa de compensação	Total
Cantina						
Valor total da proposta						

Relação de valores propostos para os itens com comercialização sugerida pela Administração.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	PREÇO
1	Prato feito	UND	
2	Sopa	TIJELA	
3	Mixto Quente	UND.	
4	Hambúrguer	UND.	
5	X Burger	UND.	
6	X Salada	UND.	
7	X Egg	UND.	
8	X Bacon	UND.	
9	Sanduíche Natural (frango/atum)	UND.	



10	Pão Com Queijo - Quente Ou Frio	UND.	
11	Bauru	UND.	
12	Rocambole de Frango	UND.	
13	Americano	UND.	
14	Coxinha	UND.	
15	Esfirra	UND.	
16	Croquete (Frango e Carne)	UND.	
17	Pão Com Manteiga (francês)	UND.	
18	Pastel	UND.	
19	Kibe	UND.	
20	Torta de Frango	UND.	
21	Risole	UND.	
22	Saltenha de Frango	UND.	
23	Enroladinho de Salsicha	UND.	
24	Pão de Queijo	UND.	
DOCES			
25	Bolo	FATIA	
26	Pudim	FATIA	
27	Mouse Maracujá, Cupuaçu (porção)	PORÇÃO	
28	Torta Chocolate, Maracujá E Morango (fatia)	UND.	
29	Pavê	PORÇÃO	
BEBIDAS			
30	Sucos Naturais 300 ml	COPO	
31	Sucos Naturais 400 ml	COPO	
32	Sucos Naturais com Leite 300 ml	COPO	
33	Sucos Naturais com Leite 400 ml	COPO	
34	Cafezinho Tradicional 50ml	COPO	
35	Café com Leite Pequeno 180ml	COPO	
36	Café com Leite Grande 300 ml	COPO	



Fundação Universidade Federal de Rondônia
Pró-Reitoria de Administração
Diretoria de Compras, Contratos e Licitações.



CNPJ: 04.418.943/0001-90

37	Vitaminas 400 ml	COPO	
38	Vitaminas 300 ml	COPO	
39	Vitaminas Mista 300 ml	COPO	

Declaramos que estamos de acordo com as cláusulas e condições deste Edital e seus anexos e que conhecemos a legislação que fundamenta esta licitação.

Declaramos ainda, que os valores propostos para os serviços de exploração econômica de cantina são compatíveis com os praticados em estabelecimentos similares, e que, a qualquer tempo poderá sofrer redução se comprovado o contrário pela Administração do órgão licitante.

_____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do representante legal da empresa

CPF: _____



ANEXO III

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

NOME DA PESSOA FÍSICA OU RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA:

ENDEREÇO:

INSCRIÇÃO ESTADUAL (Pessoa Jurídica):

CNPJ (Pessoa Jurídica):

CPF (Pessoa Física):

REF.: Edital de Concorrência nº **001/2017** – UNIR

C R E D E N C I A L

Pelo presente instrumento credenciamos o Sr(a),
CPF, Carteira de Identidade nº emitida
por, para acompanhar os trabalhos relativos à concorrência de nº **001/2017** em
referência, com poderes para interpor recursos ou desistir de fazê-lo.

Cacoal, de 2017

Representante do Licitante



ANEXO IV

DECLARAÇÃO FATO SUPERVENIENTE AO CADASTRAMENTO

O Licitante, com inscrição no CNPJ ou CPF (no caso de Pessoa Física) n.º, sediada ou domiciliada a vem declarar sob as penas da Lei, na forma do § 2º, artigo 32, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, que, até a presente data, não existem fatos supervenientes e impeditivos de sua participação no processo licitatório, Concorrência n.º **001/2017** da Fundação Universidade Federal do Estado de Rondônia e que não pesa contra si declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera do Governo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e local:, de de 2017.

Razão Social da Empresa:

Assinatura
Identificação do declarante



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Nome da pessoa física ou jurídica) _____, C.N.P.J. nº _____,
sediada na Rua _____, nº _____, bairro
_____, CEP _____, município
_____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento
ao solicitado no Edital de **Concorrência Pública Nº 001/2017** – UNIR, DECLARA, sob as penas da
lei, que:

- está ciente de que está ciente e concorda com as condições previstas no edital e em seus anexos e da obrigatoriedade de declarar a superveniência de fatos impeditivos da habilitação.

- não possui em seu quadro pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementa n.º 04/90). **(PARA PESSOAS JURÍDICAS)**

- não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Federal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão de acordo com o inciso II do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90). **(PARA PESSOAS JURÍDICAS)**

- Não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados a este Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, nos termos da Resolução nº 9, de 06 de dezembro de 2005, conforme anexo VI. **(PARA PESSOAS FÍSICAS)**

- que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente, conforme instituído pela Instrução Normativa n.º 02 de 16 de setembro de 2009.

_____, _____ de _____ de 2017.
Assinatura do representante legal

RG: _____ CPF: _____
C.N.P.J.: _____



ANEXO VI

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu, _____ atesto, para os devidos fins, que a
(nome da pessoa física ou jurídica _____),
com sede em _____, forneceu/fornece os produtos
abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo
contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

Relação dos serviços/produtos fornecidos:

(Especificar produtos fornecidos)

_____, _____ de _____ de 2017.

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica emitente deste atestado e sua assinatura)



ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PARA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DE CANTINA NA UNIR

CONTRATO DE CONCESSÃO TEMPORÁRIA DE USO ADMINISTRATIVO ONEROSO DE ESPAÇO FÍSICO DESTINADOS A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE CANTINA DO CAMPUS CACOAL, DECORRENTE DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2017, CONFORME OS PRECEITOS DA LEI 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE RONDÔNIA E A PESSOA (FÍSICA OU JURÍDICA)

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE RONDÔNIA, pessoa jurídica de direito público, fundação, criada pela Lei nº 7011, de 08 de julho de 1982, inscrita no CNPJ sob nº 04.418.943/0001-90 com sede na Av. Presidente Dutra, 2965 - Centro, Porto Velho – RO, CEP 76.801-974 doravante denominada **CEDENTE**, representada por seu Magnífica Reitora - _____, de um lado e de outro, _____, neste ato denominado **CESSIONÁRIA**, tendo em vista o processo nº 23118.001291/2015-26 resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO TEMPORÁRIA DE USO ADMINISTRATIVO ONEROSO DE ESPAÇO FÍSICO DESTINADOS A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE CANTINAS**, referente a Concorrência n. 001/2017 – UNIR, homologado em ____/____/2015 mediante sujeição mútua à Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

1.1. Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os documentos que compõe o processo de licitações antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela **CESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente termo de contrato tem por objeto a concessão de uso renumerado de espaço físico para exploração econômica de cantina da Fundação Universidade do Estado de Rondônia – UNIR, *Campus* Vilhena, situado na Rua da Universidade nº 920, Jardim São Pedro II, CEP 76.962-384 em Cacoal – Rondônia observadas as condições indicadas no Edital de Concorrência e na Proposta, que integra este contrato independente da transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA-DO PRAZO DO CONTRATO

3.1. O presente contrato terá a vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato de contrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por idênticos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante celebração de termos aditivos, exceto se houver manifestação em contrário de qualquer das partes no prazo de 90 (noventa) dias antes do seu vencimento.

CLÁUSULA QUARTA- DO REAJUSTE DA REMUNERAÇÃO MENSAL CESSIONÁRIA

4.1. A remuneração mensal **CESSIONÁRIA** será reajustada a cada 12 (doze) meses, contados da assinatura deste termo ou do último reajuste, pelo IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou outro que venha a ser fixado pelo Governo Federal.



4.2. O reajuste acima referido poderá ocorrer em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, caso haja autorização expressa do Governo Federal, por critérios a serem posteriormente definidos.

CLÁUSULA QUINTA-DA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. A **CESSIONÁRIA** se compromete a manter em ótimo estado de funcionamento os maquinários que serão utilizados na execução do serviço e conservar as instalações elétricas e hidráulicas disponibilizadas pela **CEDENTE**.

5.2. A **CESSIONÁRIA** se obriga a expor, de forma visível para todos, os preços cobrados pelos serviços prestados, e ainda:

a) - a equipar a cantina (lanchonete) com maquinário, móveis e utensílios apropriados ao regular funcionamento da mesma;

b) - colocar número de funcionários suficientes ao bom atendimento ao público, os quais deverão estar devidamente uniformizados, e observar, criteriosamente, as condições de limpeza e higiene das dependências da cantina;

c) – Atentar-se para as questões ambientais;

d) - permitir, a qualquer tempo, que a **CESSIONÁRIA** realize inspeções e fiscalizações de funcionamento, examinando e exigindo documento e explicações, determinando providências para melhor atendimento aos usuários.

CLÁUSULA SEXTA-DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

6.1. O presente Contrato não implica em vínculo empregatício da **CESSIONÁRIA** ou de seus prepostos ou empregados com a **CESSIONÁRIA**, sendo a **CESSIONÁRIA**, o exclusivo responsável pela relação e pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.2. A **CESSIONÁRIA**, além daquelas obrigações previstas no Projeto Básico, deverá:

- I - manter sempre em local de fácil percepção uma tabela de preços do serviço prestado.
- II - Manter, permanentemente, na cantina o alvará e o Certificado do Responsável Técnico.
- III - Fornecer os serviços de acordo com o estabelecido neste Contrato e na proposta, bem como com as exigências da fiscalização da **CESSIONÁRIA**.
- IV - Cumprir rigorosamente o horário de funcionamento da cantina estabelecido neste Contrato.
- V - Observar o Código de Defesa do Consumidor.
- VII - Assegurar a qualidade do produto final durante o período da distribuição.
- VIII- Apresentar procedimentos adequados para a perfeita recepção e armazenamento dos produtos, obedecendo aos critérios que garantam a manutenção da qualidade dos produtos tais como: prazo de validade e dispor de diferentes grupos de matérias-primas, conforme suas características;
- IX - Garantir a boa qualidade do serviço prestado.
- X - Prezar pela economia de energia elétrica e água.
- XI - Manter a cantina e as áreas de circulação em perfeitas condições de limpeza e asseio
- XII – Fornecer por conta própria todo o material necessário à limpeza e higienização dos maquinários e locais onde serão executados os serviços e aos sanitários destinados ao uso de seus empregados.
- XIII – Responsabilizar-se pelo controle e destinação ambiental dos resíduos da cantina, de acordo com a legislação vigente.



XIV – Proceder, por sua conta, a retirada do maquinário e materiais de sua propriedade, após o término da presente concessão de uso, de acordo com o prazo que lhe for concedido pela **CEDENTE**, findo o qual poderá a **CEDENTE** promover tal retirada como melhor lhe convier, debitando à **CESSIONÁRIA** as despesas decorrentes, devolvendo as instalações em perfeitas condições de utilização.

XV – Cumprir o que determinam os pressupostos legais pertinentes ao objeto da contratação, inclusive toda a legislação que trata da proteção contra incêndio, prevenção e segurança no trabalho.

XVI – Proceder por sua conta e ônus, à manutenção preventiva e corretiva, bem como os consertos de todos os equipamentos e acessórios que lhe forem entregues, assegurando-lhes o bom funcionamento.

XVII – Cumprir e fazer com que seus empregados respeitem as normas de Segurança e Higiene do Trabalho.

XVIII – Fornecer uniformes a seus empregados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

7.1. Exercer por meio de servidor designado, a fiscalização sobre todos os serviços objeto do presente contrato, e além das obrigações prevista no Projeto Básico, **ainda**:

I - Exigir da **CESSIONÁRIA** a correção na execução dos serviços com base nos preceitos de qualidade, presteza e higiene;

II - Aprovar a relação de produtos usados no serviço, podendo introduzir as modificações que se evidenciarem convenientes, observando o padrão de qualidade e os preços estabelecidos;

III - Fiscalizar o funcionamento, visando atendimento de todos os usuários com correção, satisfação e cortesia;

IV - exigir a apresentação das Carteiras de Trabalho e Saúde e os exames médicos de acordo com a legislação em vigor, a qualquer momento, bem como o uso obrigatório de uniforme estabelecido para o serviço;

V- notificar, por escrito, à **CESSIONÁRIA**, quaisquer irregularidades constatadas na execução deste Contrato, solicitando providências para a sua regularização;

VI - assinar, finda a concessão de uso, termo declarando que recebeu o imóvel limpo, desimpedido, quitando, assim, à **CESSIONÁRIA**, quaisquer débitos ou obrigações, devendo, antes de assinar o termo, conferir a relação do patrimônio móvel disponibilizado ao **CESSIONÁRIA**. A simples entrega das chaves ao **CEDENTE**, ou em juízo não importará no fim das obrigações até seu total cumprimento.

Subcláusula única – Disponibilizar pontos de água e energia elétrica, não se responsabilizando, porém, por quaisquer consequências decorrentes de interrupção no fornecimento provocado pelos fornecedores.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR DA CONCESSÃO

8.1. O valor total estimado do contrato é de R\$ _____ (_____) correspondente a remuneração em parcelas mensais de R\$ _____ (_____), conforme proposta apresentada, nestas inclusas o acréscimo do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor proposto a título de aluguel, referente a compensação pelo uso de água e energia elétrica.

8.2. O movimento da cantina diminui durante o período de férias e recessos escolares, não tendo a Universidade qualquer responsabilidade sobre este fato e o que dele decorrer. Nestes períodos, ou seja, tipicamente nos meses de julho, dezembro e janeiro, o valor da mensalidade será reduzido para **30% (trinta por cento)**, tal como, nos períodos grevistas em que cessarem as atividades acadêmicas no Campus.



8.3. A importância deverá ser recolhida, pelo CESSIONÁRIA, aos cofres públicos, até o 5º dia útil do mês seguinte, através de Guia de Recolhimento da União, fornecida pelo fiscal do contrato ou confeccionada pela concessionária diretamente no sítio www.stn.gov.br.

8.4. O atraso no cumprimento desta obrigação acarretará ao CESSIONÁRIA as penalidades previstas no Projeto Básico.

8.5. Na inadimplência ou mesmo atraso superior a 60 (sessenta) dias, resultará na rescisão do presente contrato, independente da interpelação judicial ou extrajudicial, imediata devolução das dependências da cantina pelo CESSIONÁRIA a CEDENTE.

8.6. A CESSIONÁRIA pagará a título de compensação pelo uso de água e energia elétrica o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual, até a instalação de medidores independentes, quando a mesma pagará conforme o estipulado no medidor.

CLÁUSULA NONA - DAS TAXAS

9.1. O CESSIONÁRIA fica obrigado a pagar todas as taxas e despesas necessárias para a exploração da cantina, que em nenhuma hipótese poderão ser repassadas ao CEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DESTINAÇÃO

10.1. A dependência cedida será destinada exclusivamente ao objeto deste contrato, não podendo ser alterada sob qualquer pretexto pelo CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CONSERVAÇÃO

11.1. A CESSIONÁRIA se obriga a manter o imóvel nas condições de uso em que o encontrou e a realizar todos os serviços para sua manutenção, mantendo as condições de limpeza e higiene exigidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TRANSFERÊNCIA

12.1. A CESSIONÁRIA não poderá ceder ou transferir em nenhuma hipótese os direitos do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ATENDIMENTO

13.1. A CESSIONÁRIA fica obrigado a propiciar um atendimento condizente com a demanda, mantendo para tanto, funcionários em número compatível.

13.2. Se houver interesse por parte da CESSIONÁRIA, poderão ser feitas vendas a crédito, sob seu controle e exclusiva responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.2. O presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, dando à CEDENTE o direito de exigir a imediata entrega do local, no caso de não cumprimento de quaisquer cláusulas contratuais, ou de comum acordo entre as partes, ou ainda, quando observado pela CESSIONÁRIA o disposto no artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PROIBIÇÕES



15.1. Não será permitido à **CESSIONÁRIA** assumir compromisso de exclusividade de venda e de alocação de placas alusivas a produtos explorados, sendo que tal direito caberá exclusivamente à **CEDENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES:

16.1. Pela inexecução parcial ou total do Contrato, a Administração poderá aplicar, sempre por escrito, garantida a prévia defesa, a ser exercida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação, as sanções previstas no termos do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Os casos omissos ou excepcionais, não previstos neste Contrato, deverão ser submetidos, com brevidade e por escrito, à apreciação das partes e serão resolvidos de acordo com a Lei n.º 8.666/93, e demais normas aplicáveis na espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO:

18.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Porto Velho para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas as partes, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho, _____ de _____ de 2017.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

CESSIONÁRIA:

TESTEMUNHAS:

a) _____

b) _____